

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº1114/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 17515/2021.**
- 2- **Assunto:** Consulta.
- 3- **Objeto:** Consulta interposta acerca da utilização dos recursos do Fundeb 70% para o pagamento de profissionais da educação.
- 4- **Partes:** Prefeitura Municipal de Caapiranga.
- 5- **Advogado:** Márcia Érica Felipe Marins OAB/AM 15.514 e Andrew Rebouças de Aguiar OAB/AM 16.127.
- 6- **Unidade Técnica:** CONSULTEC.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 319/2022-DIMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas.
- 8- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Consulta.

Não Conhecimento. Ciência. Arquivamento.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos art. 5º, inciso XXIII, art. 11, inciso IV, alínea “f”, art. 274, art. 275 e art. 278, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Não conhecer** da Consulta apresentada pelo município de Caapiranga, por meio dos advogados **Márcia Érica Felipe Marins** OAB/AM 15.514 e **Andrew Rebouças de Aguiar** OAB/AM 16.127, por ausência de qualificação e de legitimação dos consulentes na lição do art. 274, I, §1º c/c o art. 278, §2º da Resolução nº 04/2002.
- 9.2. **Dar ciência à Sra. Márcia Érica Felipe Marins** OAB/AM 15.514, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, porventura persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002;
- 9.3. **Dar ciência ao Sr. Andrew Rebouças de Aguiar** OAB/AM 16.127, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura persistir a problemática, para

MLNQ/Decisório feito de acordo com a Resolução nº 30/2012-TCE/AM

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº1114/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002;

9.4. Dar ciência ao Sr. Francisco Andrade Braz, Prefeito de Caapiranga, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002;

9.5. Arquivar o presente processo, após cumpridas as formalidades legais.

10- Ata: 25ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 12 de julho de 2022.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

12.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em substituição

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral